



Semanário

# Estância de Ibitinga

Distribuição Gratuita

Jornal Oficial da Estância Turística de Ibitinga

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga

Rua Miguel Landim, 333 - Centro - CEP 14940-000 Telefone - (16) 3352-7000 - Ibitinga-SP

**DIGA NÃO ÀS DROGAS**

http://www.ibitinga.sp.gov.br

Sábado, 30 de Dezembro de 2017 \* Ano XVII - Edição nº. 840

e-mail: imprensa@ibitinga.sp.gov.br

## PODER EXECUTIVO

**CRISTINA MARIA KALIL ARANTES**

Prefeita Municipal da Estância Turística de Ibitinga

## Seção I Gabinete da Prefeita

### DECRETO Nº 4.247 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A SRA. PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R\$ 214.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

020803 SETOR EDUCAÇÃO INFANTIL  
12.365.0002.2029.0000 - Manutenção da Educação Infantil  
(128) 3.1.90.11.00 - 01.210.000 - Vencimentos e vantagens fixas - P. Civil.....R\$ 120.000,00

020804 SETOR DE FUNDEB 40%

### SEÇÕES

#### PODER EXECUTIVO

Seção I .....Gabinete do Prefeito  
Seção II .....Secretarias Municipais  
Seção III .....Autarquias  
Seção IV .....Empresa Pública e Fundação

#### PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal

12.361.0002.2223.0000 - Fundeb - Fundamental 40%  
(139) 3.1.90.13.00 - 02.262.000 - Obrigações Patronais.....R\$ 31.000,00

12.365.0002.2028.0000 - Manutenção do Fundeb - 40%  
(146) 3.1.90.13.00 - 02.262.000 - Obrigações Patronais.....R\$ 63.000,00

**Art. 2º.** O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

020803 SETOR EDUCAÇÃO INFANTIL  
12.365.0002.2029.0000 - Manutenção da Educação Infantil  
(129) 3.1.90.13.00 - 01.210.000 - Obrigações Patronais.....R\$ 120.000,00

020804 SETOR DE FUNDEB 40%  
12.361.0002.2223.0000 - Fundeb - Fundamental 40%  
(140) 3.1.90.16.00 - 02.262.000 - Outras despesas variáveis - P. Civil.....R\$ 31.000,00

12.365.0002.2028.0000 - Manutenção do Fundeb 40%  
(145) 3.1.90.11.00 - 02.262.000 - Vencimentos e vantagens fixas - P. Civil.....R\$ 55.000,00  
(147) 3.1.90.16.00 - 02.262.000 - Outras despesas variáveis - P. Civil.....R\$ 8.000,00

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração da P.M., em 30 de novembro de 2017.

ANTÔNIO CARLOS FEITOSA  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 4.259  
DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017**

Abre crédito suplementar ao orçamento vigente,

aprovado pela Lei Municipal nº 4.572, de 22 de dezembro de 2017, destinado a suprir dotações que se encontram com insuficiência de saldo.

A SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

**Art. 1º.** Fica aberto crédito suplementar no orçamento vigente, aprovado pela Lei Municipal nº 4.572, de 22 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil reais), destinado a suprir dotações que se encontram com saldos insuficientes, com a seguinte classificação orçamentária:

020100 SECRETARIA DE GOVERNO  
04.122.0045.2001.0000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Dependências  
(018) - 3.1.90.11.00 - 01.110.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 20.000,00

020500 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
04.122.0056.2008.0000 - Manutenção da Secretaria  
(055) - 3.1.90.01.00 - 01.110.000 - Apos. Reserva Rem. e Reformas R\$ 150.000,00

020600 SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
15.451.0181.2017.0000 - Manutenção de Logradouros Públicos  
(069) - 3.1.90.13.00 - 01.110.000 - Obrigações Patronais R\$ 30.000,00  
15.452.0181.2010.0000 - Manutenção da Secretaria  
(076) - 3.1.90.13.00 - 01.110.000 - Obrigações Patronais R\$ 30.000,00  
(077) - 3.1.90.16.00 - 01.110.000 - Outras Despesas Variáveis - P. Civil R\$ 30.000,00

020801 SETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL  
12.361.0002.2024.0000 - Manutenção do Ensino Fundamental  
(105) - 3.1.90.13.00 - 01.220.000 - Obrigações Patronais R\$ 100.000,00

020803 SETOR EDUCAÇÃO INFANTIL  
12.365.0002.2029.0000 - Manutenção da Educação Infantil  
(128) - 3.1.90.11.00 - 01.210.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 280.000,00  
(129) - 3.1.90.13.00 - 01.210.000 - Obrigações Patronais R\$ 250.000,00  
(130) - 3.1.90.16.00 - 01.210.000 - Outras Despesas Variáveis - P. Civil R\$ 20.000,00

020900 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
08.122.0108.2034.0000 - Manutenção da Secretaria  
(158) - 3.1.90.11.00 - 01.510.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 70.000,00

021200 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER  
27.812.0016.2064.0000 - Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer

(245) - 3.1.90.11.00 - 01.110.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 20.000,00  
(246) - 3.1.90.13.00 - 01.110.000 - Obrigações Patronais R\$ 20.000,00

022000 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, TRANSITO E TECNOL  
04.122.0083.2020.0000 - Manutenção da Secretaria  
(283) - 3.1.90.11.00 - 01.110.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 20.000,00  
(284) - 3.1.90.13.00 - 01.110.000 - Obrigações Patronais R\$ 10.000,00

022100 SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS  
04.122.0056.2430.0000 - Manutenção da Secretaria  
(293) - 3.1.90.13.00 - 01.110.000 - Obrigações Patronais R\$ 10.000,00

**Art. 2º.** O presente crédito será coberto com recurso proveniente da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

020400 SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS  
04.122.0056.2006.0000 - Manutenção da Secretaria  
(049) - 3.1.90.16.00 - 01.110.000 - Outras Despesas Variáveis - P. Civil R\$ 80.000,00  
04.123.0056.2416.0000 - Sentenças Judiciais  
(054) - 3.1.90.91.00 - 01.110.000 - Sentenças Judiciais R\$ 90.000,00

020500 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
04.122.0056.2008.0000 - Manutenção da Secretaria  
(057) - 3.1.90.11.00 - 01.110.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 140.000,00  
(058) - 3.1.90.13.00 - 01.110.000 - Obrigações Patronais R\$ 100.000,00

020802 SETOR DE FUNDEB 60%  
12.361.0002.2222.0000 - Fundeb - Fundamental 60%  
(120) - 3.1.90.11.00 - 02.261.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 100.000,00  
(121) - 3.1.90.13.00 - 02.261.000 - Obrigações Patronais R\$ 50.000,00  
12.365.0002.2222.0000 - Fundeb Fundamental 60%

(124) - 3.1.90.11.00 - 02.261.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 200.000,00  
(125) - 3.1.90.13.00 - 02.261.000 - Obrigações Patronais R\$ 100.000,00  
(126) - 3.1.90.16.00 - 02.261.000 - Outras Despesas Variáveis - P. Civil R\$ 50.000,00

020804 SETOR DE FUNDEB 40%  
12.361.0002.2223.0000 - Fundeb - Fundamental 40%  
(138) - 3.1.90.11.00 - 02.262.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 100.000,00  
12.365.0002.2028.0000 - Manutenção do Fundeb 40%  
(145) - 3.1.90.11.00 - 02.262.000 - Venc. e Vantagens Fixas - P. Civil R\$ 50.000,00

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data

de sua publicação.

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração da P. M., em 22 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO CARLOS FEITOSA  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 4.260 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil.

A SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

#### CAPÍTULO I - DA ABRANGÊNCIA

**Art. 1º.** Este decreto dispõe sobre o regime jurídico das parcerias celebradas pela Administração Pública Municipal com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.

Parágrafo único. A aplicação das normas contidas neste decreto tem como fundamentos o princípio da autonomia municipal, a gestão pública democrática, a participação social, o fortalecimento da sociedade civil, da cidadania e a transparência na aplicação dos recursos públicos com vistas ao atendimento do interesse público e à qualidade das ações e serviços ofertados aos cidadãos.

**Art. 2º.** Para os efeitos deste decreto, considera-se:

I - Administração Pública Municipal: o Município e suas respectivas autarquias e fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, alcançadas pelo disposto no § 9º do artigo 37 da Constituição Federal;

II - Organização da Sociedade Civil:

a) pessoa jurídica sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse

público e de cunho social.

**Art. 3º.** Os órgãos e entes da Administração Pública Municipal:

I - considerarão as parcerias que pretendem firmar e os objetivos delas esperados em sua atividade de planejamento, inclusive para fins orçamentários, no que toca aos custos estimados;

II - analisarão, a partir do acompanhamento da execução das parcerias firmadas, o alcance dos objetivos esperados e os custos envolvidos, de modo a possibilitar eventuais ajustes no planejamento das parcerias.

Parágrafo único. As regras do "caput" deste artigo voltam-se à atividade de planejamento de parcerias em geral, sem a exigência de demonstração de seu cumprimento individualmente como requisito para a celebração de cada parceria.

#### CAPÍTULO II - DAS COMPETÊNCIAS

**Art. 4º.** Compete aos Secretários Municipais e aos dirigentes de entes da Administração Indireta municipal:

I - designar a comissão de seleção, a comissão de monitoramento e avaliação e o gestor da parceria;

II - autorizar a abertura de editais de chamamento público;

III - homologar o resultado do chamamento público;

IV - celebrar termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação;

V - anular ou revogar editais de chamamento público;

VI - aplicar as penalidades previstas na legislação, nos editais de chamamento público ou nos termos de colaboração, termos de fomento e acordos de colaboração;

VII - autorizar alterações de termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação;

VIII - denunciar ou rescindir termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação;

IX - decidir sobre a prestação de contas final.

§ 1º. Quando o objeto da parceria se inserir no campo funcional de mais de uma Secretaria Municipal ou ente da Administração Indireta, a celebração será efetivada conjuntamente pelos titulares dos órgãos ou entes envolvidos, e o termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação deverá especificar as atribuições de cada partícipe.

§ 2º. A competência prevista neste artigo poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§ 3º. Não poderá ser exercida a delegação prevista no § 2º deste artigo para a aplicação da sanção de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato e a declaração de inidoneidade.

#### CAPÍTULO III - DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

**Art. 5º.** A Administração Pública manterá, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias

celebradas e dos planos de trabalho, por no mínimo 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Administração desenvolver e manter o sistema de cadastramento e divulgação das informações a que se refere o "caput" deste artigo, providenciando ainda a alimentação e a atualização das informações a serem disponibilizadas no sítio oficial na internet.

**Art. 6º.** Enquanto o sistema de cadastramento eletrônico das Organizações da Sociedade Civil não contemplar a publicação das informações exigidas pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, cada Secretaria e ente da Administração Indireta deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho.

Parágrafo único. Da relação de que trata o "caput" deste artigo deverão constar também as seguintes informações:

I - objeto da parceria;

II - valor total previsto na parceria e valores efetivamente liberados;

III - nome completo do representante legal da organização da sociedade civil parceira;

IV - data de início e término da parceria, incluindo eventuais prorrogações;

V - situação da prestação de contas final da parceria, informando a data limite para sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para sua análise e o resultado conclusivo;

VI - "link" ou anexo com a íntegra do termo de fomento ou colaboração, respectivo plano de trabalho e eventuais termos aditivos;

VII - quando vinculado à execução do objeto e pago com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

VIII - quando a parceria tratar de serviços continuados vinculados a direitos do cidadão, a especificação dos padrões de atenção a serem prestados.

**Art. 7º.** A organização da sociedade civil divulgará, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, as parcerias celebradas com o Poder Público.

Parágrafo único. A divulgação contemplará as informações exigidas no artigo 6º deste decreto, sem prejuízo de outras que a organização considerar pertinentes tendo em vista a transparência das atividades desenvolvidas em regime de parceria.

**Art. 8º.** As exigências de transparência e publicidade em todas as etapas que envolvem o termo de fomento ou de colaboração, desde a fase preparatória até o final da prestação de contas, serão mitigadas, naquilo em que for necessário e observada a legislação vigente, quando se tratar de parceria para o desenvolvimento de programa de proteção a pessoas ameaçadas.

**Art. 9º.** As denúncias sobre eventual aplicação irregular dos recursos transferidos ou desvirtuamento do objeto em parceria podem ser feitas pelos canais disponibilizados pela Ouvidoria do Município, sem prejuízo de medida de apuração e saneamento afeta ao órgão ou ente municipal responsável pela parceria.

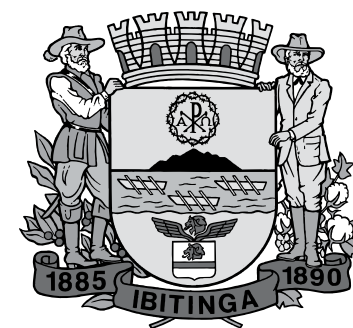
**Art. 10.** Audiências públicas poderão ser realizadas na fase prévia ao lançamento do edital de chamamento, do credenciamento ou ainda no curso do processo seletivo, nos moldes definidos por cada órgão ou ente municipal, de modo a propiciar a participação social nas parcerias.

§ 1º. A convocação de audiência pública dar-se-á mediante publicação no Jornal Oficial da Estância Turística de Ibitinga ou em página do sítio oficial do órgão ou ente na internet, com prazo de antecedência da data de sua realização que possibilite a efetiva divulgação.

§ 2º. Será assegurado aos interessados o direito de obter informações sobre as parcerias objeto de audiências públicas, assim como delas participar.

§ 3º. Os conselhos municipais de políticas sociais, de segmentos da sociedade e de defesa de direitos poderão ser informados acerca da realização das audiências públicas, nos moldes definidos por cada órgão e ente municipal, respeitada a legislação de cada política social, de modo a aprimorar o sistema de controle social nas relações de parceria.

#### CAPÍTULO IV - DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO OU DE FOMENTO



## Semanário Estância de Ibitinga

Jornal Oficial da Estância Turística de Ibitinga

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga  
- Assessoria de Imprensa -

Fundado através de Lei Municipal nº 2.461, de 24 de abril de 2001  
Registrado sobre Processo nº 468, Protocolo nº 14 - Ibitinga-SP

### EXPEDIENTE

Jornalista Responsável  
ANDRÉ LUIZ GONÇALVES RACY - MTB 036.044  
Redação  
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO  
RUA MIGUEL LANDIM, 333 - CENTRO  
FONE: (16) 3352-7000 - RAMAL 7009  
E-mail  
imprensa@ibitinga.sp.gov.br  
Impressão  
JORNAL CIDADE DE RIO CLARO  
AV. RIO CLARO, 283 - CENTRO  
RIO CLARO-SP  
CEP 13500-380  
Circulação aos Sábados  
Tiragem  
2.000 EXEMPLARES  
Distribuição Gratuita  
PREFEITURA MUNICIPAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Seção I - Dos Termos de Colaboração e Termos de Fomento

**Art. 11.** O termo de colaboração é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil, objetivando, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, a execução de políticas públicas de natureza continuada ou não pelas organizações da sociedade civil, por meio de metas e ações que afiancem condições básicas propostas pelo parceiro público em plano de trabalho, observando-se os programas ou planos setoriais da área correspondente, quando houver.

§ 1º. Para a celebração do termo de colaboração, a Administração Pública publicará edital de chamamento público, que deverá ser acompanhado de minuta de plano de trabalho contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II - descrição das metas a serem atingidas e das atividades ou projetos a serem executados, devendo estar claro, preciso e detalhado, o quanto possível, o que se pretende alcançar, realizar ou obter;

III - previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV - forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V - definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

§ 2º. Com base no edital e na minuta de plano de trabalho publicada pela Administração Pública, a organização da sociedade civil interessada deverá apresentar sua proposta de plano de trabalho contendo as informações previstas no artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no artigo 20 deste decreto.

§ 3º. Sempre que possível, a Administração Pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às características básicas das parcerias, notadamente os objetos, as metas, os custos, os indicadores, quantitativos e qualitativos, de avaliação de resultados, nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 13.019, de 2014.

§ 4º. Os padrões de qualidade dos serviços continuados oferecidos à população, bem como a sua manutenção ao longo da parceria constarão dos chamamentos públicos ou dos planos de trabalho, com prioridade, entre outros instrumentos, para a avaliação dos serviços pelo cidadão usuário, cabendo ao órgão da Administração Pública ou à organização parceira informá-lo de maneira clara e precisa dos termos da parceria, do atendimento específico, assim como de seus direitos, nos moldes definidos pela Secretaria ou ente da Administração Indireta.

**Art. 12.** O termo de fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, com o objetivo de fomentar inovações por meio de projetos de interesse público por elas desenvolvidos, com metas e ações propostas pela organização em plano de trabalho, observando-

se os programas ou o plano setorial da área correspondente, quando houver.

**Art. 13.** Para a celebração do termo de fomento, a Administração Pública publicará edital especificando os temas prioritários e a ação orçamentária, cujas metas e atividades deverão ser propostas pela organização da sociedade civil, a qual deverá especificar, no plano de trabalho, o detalhamento exigido pelo artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, sem prejuízo das informações que poderão constar da convocação, nos moldes do artigo 23 da mesma lei, observado o § 4º do artigo 11 deste decreto.

**Art. 14.** O acordo de cooperação é instrumento jurídico pelo qual são firmadas parcerias pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

**Art. 15.** As organizações da sociedade civil poderão celebrar mais de uma parceria concomitantemente, no mesmo órgão ou em outros, vedada a inclusão da mesma despesa em mais de um plano de trabalho.

Seção II - Do Procedimento de Manifestação de Interesse Social

**Art. 16.** Fica instituído o Procedimento de Manifestação de Interesse Social como instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas às Secretarias ou ao ente da Administração Indireta competente, para avaliação da possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

**Art. 17.** As Secretarias ou entes da Administração Indireta somente receberão e aceitarão propostas de parceria que atendam aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta, por meio de cópia do documento de identidade, se pessoa física, ou documentação que comprove a representação, no caso de pessoa jurídica;

II - indicação do interesse público envolvido;

III - diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

Parágrafo único. Caso a Secretaria ou ente da Administração Indireta verificar que a proposta não está inserida na sua competência, deverá informar o proponente para que dirija seu pedido ao órgão competente.

**Art. 18.** As Secretarias ou entes da Administração Indireta deverão publicar, ao menos anualmente:

I - lista contendo as manifestações de interesse social recebidas, com descrição da proposta, identificação do subscritor e data de recebimento;

II - parecer técnico acerca da viabilidade de execução da proposta com data de envio ao subscritor.

**Art. 19.** A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente a execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses da Administração.

§ 1º. A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não dispensa a

convocação por meio de chamamento público para a celebração de parceria.

§ 2º. A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar do eventual chamamento público subsequente.

§ 3º. Independentemente do estabelecimento de chamamentos públicos, as propostas poderão servir de referência para a elaboração das políticas públicas da Administração Municipal.

§ 4º. É vedado condicionar a realização de chamamento público ou a celebração de parceria à prévia realização de Procedimento de Manifestação de Interesse Social.

Seção III - Do Plano de Trabalho

**Art. 20.** O plano de trabalho deverá atender aos requisitos previstos no artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como neste decreto.

Parágrafo único. As metas e parâmetros previstos no Plano de Trabalho devem sempre que possível ser dimensionados por critérios objetivos.

**Art. 21.** Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Parágrafo único. Não são consideradas contrapartidas financeiras eventuais despesas efetuadas em desacordo com o previsto no plano de trabalho e arcadas exclusivamente pela organização da sociedade civil.

**Art. 22.** É permitida a atuação em rede, por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que atendidas as exigências contidas no artigo 35-A da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º. Para fins de aferição da capacidade técnica e operacional da celebrante para supervisionar e orientar a rede, poderão ser aceitos os seguintes documentos:

I - carta de princípios ou similar ou registros de reuniões e eventos da rede ou redes de que participa ou participou;

II - declaração de secretaria executiva ou equivalente de rede ou redes de que participa ou participou, quando houver;

III - declaração de organizações que compõem a rede ou redes de que participa ou participou;

IV - documentos, relatórios ou projetos que tenha desenvolvido em rede.

§ 2º. A organização celebrante deverá apresentar, na fase de formulação do projeto, a relação das organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes.

§ 3º. Será celebrado um termo de atuação em rede entre as organizações da sociedade civil executantes e não celebrantes e a organização da sociedade civil celebrante para repasse de recursos, instrumento que regulará a relação estabelecida entre elas.

§ 4º. A organização da sociedade civil executante e não celebrante do termo de fomento ou de colaboração também deverá comprovar sua

regularidade jurídica e fiscal, nos termos do artigo 33 deste decreto.

§ 5º. As vedações constantes do artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, aplicam-se também às organizações da sociedade civil executantes da parceria em rede.

Seção IV - Do Chamamento Público

**Art. 23.** Para a celebração das parcerias previstas neste decreto, a Administração Pública sempre que necessário priorizará o chamamento público para selecionar as organizações da sociedade civil, o qual se pautará pelos princípios da isonomia, impessoalidade, moralidade, eficiência, publicidade, transparência e julgamento objetivo.

§ 1º. O edital do chamamento público observará, no mínimo, as exigências contidas nos artigos 23 e 24 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 2º. O chamamento público poderá selecionar mais de uma proposta, conforme previsão no edital.

§ 3º. Compete aos órgãos e entes municipais definir no edital de chamamento público o cabimento da atuação em rede com o objeto da parceria a ser celebrada.

§ 4º. O chamamento público para celebração de parcerias financiadas com recursos dos fundos da cultura, da criança e adolescente, do esporte e do meio ambiente, entre outros, será realizado conforme a legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste decreto.

**Art. 24.** Os projetos serão processados e julgados por comissão de seleção, designada pelo órgão ou ente repassador de recursos com composição de, pelo menos, um servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, assegurada, sempre que possível, a participação de servidores das áreas finalísticas dos órgãos ou entes repassadores de recursos.

§ 1º. A comissão de seleção poderá contar com até 1/3 (um terço) de membros de conselhos de políticas públicas.

§ 2º. No caso de ações ou projetos que sejam financiados com recursos dos fundos da assistência social, da criança e adolescente, do meio ambiente e da saúde, entre outros, a comissão de seleção deverá ser formada conforme a legislação específica.

§ 3º. Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público, considerando-se relação jurídica, dentre outras:

I - ser ou ter sido dirigente da organização da sociedade civil;

II - ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, inclusive por afinidade, dos administradores da organização da sociedade civil;

III - ter ou ter tido relação de emprego com a organização da sociedade civil.

§ 4º. Configurado o impedimento previsto no § 3º deste artigo, deverá ser designado membro substituto com qualificação técnica equivalente à do substituído.

**Art. 25.** A comissão de seleção, para verificar a comprovação da capacidade técnica e operacional

da organização da sociedade civil, bem como de sua experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, poderá se fundamentar em quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros:

I - instrumentos de parceria firmados com órgãos e entes da Administração Pública, organismos internacionais, empresas ou com outras organizações da sociedade civil;

II - declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas;

III - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de produção de conhecimento;

IV - currículo dos profissionais responsáveis pela execução do objeto;

V - prêmios locais ou internacionais recebidos.

**Art. 26.** O edital deverá ser amplamente divulgado em página do sítio oficial da Administração Pública na internet e também no Jornal Oficial da Estância Turística de Ibitinga, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas.

§ 1º. Em caso de atividades padronizadas ou serviços continuados decorrentes do objeto da parceria, facultada a alteração do prazo previsto no "caput" deste artigo para, no mínimo, 8 (oito) dias mediante prévia justificativa do órgão da Administração Pública.

§ 2º. Qualquer pessoa ou organização da sociedade civil poderá impugnar o edital de chamamento, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para apresentação das propostas.

§ 3º. A impugnação, que não impedirá a organização da sociedade civil impugnante de participar do chamamento, deverá ser julgada até a data fixada para apresentação das propostas.

**Art. 27.** O grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou da ação em que se insere o objeto da parceria e, quando for o caso, ao valor de referência constante do chamamento constitui critério obrigatório de julgamento.

§ 1º. Terminado o prazo para envio das propostas, a unidade que promove o chamamento público deverá publicar, no sítio oficial da Administração Pública na internet, listagem contendo o nome de todas as organizações da sociedade civil proponentes, com o respectivo CNPJ.

§ 2º. Em caso de empate no julgamento das propostas apresentadas, será observado o critério de desempate previsto no edital.

§ 3º. Somente depois de encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, a Administração Pública procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela organização da sociedade civil selecionada dos requisitos previstos nos artigos 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 4º. Na hipótese de a organização da sociedade civil selecionada não atender aos requisitos exigidos no § 3º deste artigo, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a celebrar a parceria nos termos da proposta por ela

apresentada.

§ 5º. Caso a organização da sociedade civil convidada nos termos do § 4º deste artigo aceite celebrar a parceria, proceder-se-á à verificação dos documentos que comprovem o atendimento aos requisitos previstos nos artigos 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 6º. O procedimento previsto nos §§ 4º e 5º deste artigo será seguido sucessivamente até que se conclua a seleção prevista no edital.

§ 7º. A critério da Secretaria ou ente da Administração Indireta, poderá ser convocada sessão pública para recebimento e avaliação das propostas, devendo ser publicada no Jornal Oficial da Estância Turística de Ibitinga a respectiva ata.

§ 8º. Os critérios de julgamento não poderão se restringir ao valor apresentado para a proposta, devendo ser justificada a seleção de proposta que não for a mais compatível com o valor de referência indicado no chamamento público ou pela Administração Pública Municipal.

**Art. 28.** Após a publicação do resultado do julgamento pela comissão de seleção, os proponentes e demais interessados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar recurso, bem como contrarrazões ao recurso apresentado em igual prazo, contado da intimação pela Imprensa Oficial do Município ou por endereço eletrônico indicado pela organização para fins de intimação.

§ 1º. A comissão de seleção poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, acompanhado de informações, à autoridade competente para decidir.

§ 2º. Das decisões da comissão de seleção caberá um único recurso à autoridade competente.

**Art. 29.** A Administração Pública homologará e divulgará o resultado do chamamento com a lista classificatória das organizações participantes em página do sítio oficial da Administração Pública na internet e, se assim considerar o órgão público, no Jornal Oficial da Estância Turística de Ibitinga.

Parágrafo único. A homologação não gera direito à celebração da parceria com a organização da sociedade civil, mas obriga a Administração Pública a respeitar o resultado caso venha a celebrá-la.

**Art. 30.** A Administração Pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II - nos casos de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social;

III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;

IV - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Parágrafo único. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares à lei orçamentária anual, bem como os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em

relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento observará o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e neste decreto.

**Art. 31.** Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, principalmente quando:

I - o objeto da parceria constituir incumbência prevista em acordo, ato ou compromisso internacional no qual sejam indicadas as instituições que utilizarão os recursos;

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil autorizada em lei, na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do artigo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**Art. 32.** Nas hipóteses dos artigos 30 e 31 deste decreto, a ausência de realização de chamamento público será justificada pela autoridade competente.

§ 1º. O extrato da justificativa previsto no "caput" deste artigo deverá ser publicado de imediato no sítio oficial da Administração Pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no Jornal Oficial da Estância Turística de Ibitinga.

§ 2º. Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 5 (cinco) dias a contar de sua publicação, cujo teor deverá ser analisado pelo administrador público responsável em até 5 (cinco) dias a contar da data do respectivo protocolo.

§ 3º. Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público e imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso.

§ 4º. A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, bem como o disposto no parágrafo único do artigo 30 deste decreto, não afastam a aplicação dos demais dispositivos que regem as parcerias com organizações da sociedade civil.

§ 5º. Sem prejuízo da posterior formalização do termo, para a celebração de parcerias em caráter de urgência será emitida ordem de início de execução.

§ 6º. Os efeitos do termo de parceria celebrada com fulcro no inciso I do artigo 30 deste decreto retroagem à data da ordem de início de execução da parceria.

Seção V - Dos Requisitos para Celebração do Termo de Colaboração e do Termo de Fomento

**Art. 33.** Para a celebração das parcerias previstas neste decreto, as organizações da sociedade civil deverão observar, em seus estatutos, as disposições do artigo 33, apresentar os documentos previstos no artigo 34, ambos da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e também, no mínimo, o seguinte:

I - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, demonstrando sua existência jurídica há, no mínimo, 1 (um) ano;

II - Certidão de Tributos Mobiliários - CTM, comprovando a regularidade perante a Fazenda do Município de Ibitinga;

III - Certidão Negativa de Débito - CND/INSS e Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, para comprovar a regularidade perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, respectivamente;

IV - comprovante de inexistência de registros junto à Dívida Ativa Municipal;

V - declaração, sob as penas da lei, de inexistência dos impedimentos para celebrar qualquer modalidade de parceria, conforme previsto no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

VI - declaração, sob as penas da lei, de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz;

VI - demais documentos exigidos por legislação específica.

§ 1º. Caso não esteja cadastrada como contribuinte no Município de Ibitinga, a organização da sociedade civil deverá apresentar declaração, firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Ibitinga.

§ 2º. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º. A comprovação do regular funcionamento da organização da sociedade civil no endereço registrado no CNPJ, nos termos do inciso VII do artigo 34 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, poderá ser feita por meio de contas de consumo de água, energia elétrica, serviços de telefonia e outras da espécie ou, ainda, por meio dos documentos necessários à comprovação da capacidade técnica e operacional da entidade, conforme previsto no artigo 25 deste decreto.

**Art. 34.** Os extratos de termo de fomento e de termo de colaboração deverão ser publicados no Jornal Oficial da Estância Turística de Ibitinga, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura, bem como disponibilizados na internet.

Parágrafo único. Os efeitos da parceria se iniciam ou retroagem à data de sua celebração.

**Art. 35.** Será obrigatória a estipulação do destino a ser dado aos bens remanescentes da parceria, sendo que aqueles adquiridos com recursos públicos deverão ser incorporados ao patrimônio público ao término da parceria ou no caso de extinção da organização da sociedade civil parceira.

§ 1º. Constará, do termo de colaboração ou fomento, cláusula de previsão da destinação dos bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos da parceria, que poderá:

I - autorizar a doação, à organização da sociedade civil parceira, dos bens remanescentes que sejam úteis à continuidade de ações de interesse público, condicionada à prestação de contas final aprovada, permanecendo a custódia dos bens sob a sua responsabilidade até o ato da efetiva doação;

II - autorizar sua doação a terceiros congêneres, como hipótese adicional à prevista no inciso I deste parágrafo, após a consecução do objeto, desde que

para fins de interesse social, caso a organização da sociedade civil parceira não queira assumir o bem, permanecendo a custódia dos bens sob a sua responsabilidade até o ato da doação;

III - autorizar que sejam mantidos na titularidade do órgão ou ente público municipal quando necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, visando a celebração de novo termo com outra organização da sociedade civil após a consecução do objeto ou a execução direta do objeto pela Administração Pública, devendo permanecer disponíveis para a retirada pela Administração após a apresentação final das contas.

§ 2º. Na hipótese de pedido devidamente justificado de alteração pela organização da sociedade civil, da destinação dos bens remanescentes previstos no termo, o gestor público deverá promover a análise de conveniência e oportunidade, permanecendo a custódia dos bens sob responsabilidade da organização até a decisão final do pedido de alteração.

§ 3º. Os direitos de autor, os conexos e os de personalidade incidentes sobre conteúdo adquirido, produzido ou transformado com recursos da parceria permanecerão com seus respectivos titulares, podendo o termo de colaboração ou de fomento prever a licença de uso para a Administração Pública Municipal, nos limites da licença obtida pela organização da sociedade civil celebrante, quando for o caso, respeitados os termos da Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, devendo ser publicizado o devido crédito ao autor.

**Art. 36.** O termo de colaboração ou termo de fomento poderá estender sua vigência, devendo corresponder ao tempo necessário para a execução integral do respectivo objeto, limitada ao prazo máximo de 2 (dois) anos, prorrogáveis até o limite de 5 (cinco) anos nos casos de parceria cujo objeto tenha natureza continuada e desde que tecnicamente justificado.

#### Seção VI - Das Vedações

**Art. 37.** Fica vedada a celebração de qualquer modalidade de parceria prevista neste decreto com organização da sociedade civil que se enquadre no previsto no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como com:

I - organização da sociedade civil que tiver, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão;

II - organização da sociedade civil que estiver inscrita na Dívida Ativa Municipal, exceto nos casos em que não houver transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Para os fins do artigo 39, inciso III, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, considera-se dirigente de órgão ou ente da Administração Pública o titular da unidade orçamentária, o chefe do Poder Executivo, os Secretários Municipais, o gestor de ente da Administração Indireta e aqueles que detêm competência delegada para a celebração de parcerias.

#### CAPÍTULO V - DA EXECUÇÃO DAS PARCERIAS

Seção I - Da Movimentação e Aplicação Financeira dos Recursos

**Art. 38.** Os recursos serão recebidos e movimentados de acordo com o contido na Lei Federal nº 13.019, de 2014, e normas complementares expedidas pela Prefeitura do Município de Ibitinga.

§ 1º. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 2º. Excepcionalmente, poderão ser feitos pagamentos em espécie, desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária.

**Art. 39.** Fica permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação de referidos equipamentos e materiais.

**Art. 40.** Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, observados os requisitos do artigo 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

§ 1º. Para os fins deste decreto, considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil ou que vierem a ser contratadas, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

§ 2º. As despesas com a remuneração da equipe de trabalho durante a vigência da parceria poderá contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

I - estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria;

II - sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Municipal.

§ 3º. Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a organização da sociedade civil deverá informar a memória de cálculo do rateio da despesa para fins de prestação de contas, nos termos do § 2º do artigo 54 deste decreto, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 4º. O pagamento das verbas rescisórias de que trata o § 2º deste artigo, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

**Art. 41.** Os custos indiretos necessários à execução do objeto deverão ser previstos no plano de trabalho.

§ 1º. Quando for o caso de rateio, a memória de cálculo dos custos indiretos deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento quantitativo da divisão que compõe o custo global, especificando a fonte de custeio de cada fração, com a identificação do número e o órgão da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 2º. Os custos indiretos poderão incluir, dentre outros, despesas de internet, transporte,

aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis, de assessoria jurídica e serviços administrativos.

§ 3º. Nas hipóteses em que as despesas citadas no § 2º deste artigo caracterizem-se como despesas diretamente atribuídas ao objeto da parceria, tais despesas serão consideradas custos diretos.

§ 4º. Incluem-se notadamente na hipótese do § 3º deste artigo os custos de locação do imóvel onde funcionarão serviços públicos de natureza contínua viabilizados por parcerias, como os de educação, cultura, saúde e assistência social.

**Art. 42.** O atraso na disponibilidade dos recursos da parceria não autoriza a compensação das despesas realizadas pela organização social, para o cumprimento das obrigações assumidas no plano de trabalho, porém, a prorrogação do prazo de execução do projeto poderá ser feita automaticamente mediante ofício, proporcional ao período do atraso.

**Art. 43.** Durante a vigência do termo de colaboração ou do termo de fomento, será permitido o remanejamento de recursos constantes do plano de trabalho, de acordo com os critérios e prazos a serem definidos por cada órgão ou ente municipal, desde que não altere o valor total da parceria.

Parágrafo único. A organização da sociedade civil poderá solicitar a inclusão de novos itens orçamentários desde que não altere o orçamento total aprovado.

**Art. 44.** As contratações de bens e serviços realizadas pelas organizações da sociedade civil com o uso de recursos transferidos pela Administração Pública Municipal observarão os parâmetros usualmente adotados pelas organizações privadas, assim como os valores condizentes com o mercado local.

**Art. 45.** Para a contratação de equipe dimensionada no plano de trabalho, a organização da sociedade civil poderá adotar procedimento de seleção com métodos usualmente utilizados pelo setor privado.

Parágrafo único. Fica vedada à Administração Pública Municipal a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

**Art. 46.** Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica em instituição financeira pública nos moldes previstos no artigo 51 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

Parágrafo único. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### Seção II - Do Monitoramento e Avaliação

**Art. 47.** Compete ao Órgão ou ao ente da Administração Direta e Indireta realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma deste decreto e do plano de trabalho aprovado, sem prejuízo das normas específicas afetas às políticas públicas setoriais e aos correspondentes instrumentos de controle social.

§ 1º. Os procedimentos de fiscalização serão regulamentados por ato específico de cada Órgão ou ente da Administração Direta e Indireta.

§ 2º. Para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, deverá ser efetuada visita "in loco", dispensada esta em caso de incompatibilidade com o objeto da parceria.

§ 3º. O monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto deverá considerar os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca dos serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

**Art. 48.** A comissão de monitoramento e avaliação é instância administrativa de apoio e acompanhamento da execução das parcerias celebradas por órgãos e entes da Administração Pública Municipal, cujas atribuições serão voltadas para o aprimoramento dos procedimentos, unificação dos entendimentos, solução de controvérsias, padronização de objetos, custos e indicadores, fomento do controle de resultados e avaliação dos relatórios técnicos de monitoramento.

§ 1º. A comissão deverá ser composta por, pelo menos, 1 (um) servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal do órgão ou ente público, devendo ser priorizada a participação de profissionais das áreas administrativas e finalísticas relacionadas ao objeto da parceria.

§ 2º. Aplicam-se à comissão de monitoramento e avaliação os mesmos impedimentos constantes do artigo 24, § 3º, deste decreto.

**Art. 49.** A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ 1º. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter os requisitos previstos no § 1º do artigo 59 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 2º. No caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e a avaliação serão realizados conforme legislação específica de cada fundo, inclusive no que toca às atribuições dos respectivos conselhos gestores, observando-se os parâmetros contidos neste decreto, no que couber.

§ 3º. Da decisão da comissão de monitoramento e avaliação caberá a interposição de um único recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação da decisão.

§ 4º. A comissão de monitoramento e avaliação poderá reformar a sua decisão ou encaminhar o recurso, acompanhado de informações, à autoridade competente para decidir.

**Art. 50.** O gestor da parceria, dotado de conhecimento técnico adequado, será designado pela autoridade competente no mesmo ato que autorizar a celebração de ajuste, ou mediante portaria, para as atividades de acompanhamento e fiscalização da parceria, observadas as incumbências previstas no artigo 61 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, sem prejuízo de outras a que for incumbido pelas suas competências funcionais ou por designação da autoridade municipal.

§ 1º. Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou for lotado em outro órgão ou ente, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas

responsabilidades.

§ 2º. Aplicam-se ao gestor da parceria os mesmos impedimentos constantes do artigo 24, § 3º, deste decreto.

## CAPÍTULO VI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

### Seção I - Das Normas Gerais

**Art. 51.** A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas neste decreto, além das regras suplementares editadas pelo órgão ou ente da Administração Pública que, entre outros aspectos, levarão em consideração as peculiaridades das parcerias de cada órgão ou ente.

§ 1º. A Secretaria ou ente da Administração Pública fornecerá manuais específicos às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, tendo como premissas a simplificação e a racionalização dos procedimentos.

§ 2º. Eventuais alterações no conteúdo dos manuais referidos no § 1º deste artigo devem ser previamente informadas à organização da sociedade civil e publicadas no sítio oficial na internet do órgão ou ente da Administração Pública Municipal.

**Art. 52.** A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a adequada descrição das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

§ 1º. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes, bem como a conciliação das despesas com a movimentação bancária demonstrada no extrato.

§ 2º. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 3º. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

**Art. 53.** A prestação de contas e todos os atos que dela decorram deverão no prazo de até 2 anos contados a partir da publicação deste decreto ser realizada em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

§ 1º. Os órgãos e entes da Administração Pública Municipal adotarão as medidas necessárias para a realização de transição do sistema físico para a prestação de contas em plataforma eletrônica, cabendo à Secretaria Municipal de Administração as providências visando à adaptação do modelo vigente num sistema único que permita a simplificação e a facilidade no acesso de dados fundamentais pelo Poder Público e por terceiros, sem prejuízo da assimilação das eventuais plataformas já utilizadas pelos órgãos e entes da Administração Pública.

§ 2º. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

**Art. 54.** As organizações da sociedade civil deverão apresentar os seguintes documentos para fins de prestações de contas parciais e final:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo

seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

II - na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho, relatório de execução financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas, assim como notas e comprovantes fiscais, incluindo recibos, emitidos em nome da organização da sociedade civil;

III - extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria, se necessário acompanhado de relatório sintético de conciliação bancária com indicação de despesas e receitas;

IV - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver, no caso de prestação de contas final;

V - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes, quando couber;

VI - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

VII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

VIII - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso.

§ 1º. No caso de ações realizadas em rede a emissão de documento fiscal poderá se dar em nome da entidade celebrante ou em nome da organização da sociedade civil executante da parceria.

§ 2º. A memória de cálculo referida no inciso VIII do "caput" deste artigo, a ser apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter a indicação do valor integral da despesa e o detalhamento da divisão de custos, especificando a fonte de custeio de cada fração, com identificação do número e do órgão ou entidade da parceria, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

§ 3º. Em caso de descumprimento parcial de metas ou resultados fixados no plano de trabalho, poderá ser apresentado relatório de execução financeira parcial concernente a referidas metas ou resultados, observadas as demais disposições deste artigo, desde que existam condições de segregar referidos itens de despesa.

**Art. 55.** Regras suplementares expedidas por cada órgão ou ente da Administração Pública definirão os seus setores ou servidores aos quais caberão as seguintes atribuições, assim como os respectivos prazos:

I - análise de cada prestação de contas apresentada, para fins de avaliação do cumprimento das metas do objeto vinculado às parcelas liberadas, no prazo definido no plano de trabalho aprovado;

II - emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no mínimo a cada 12 (doze) meses, conforme dispuser o instrumento de parceria, nos termos do artigo 49 deste decreto.

§ 1º. Deverão ser encaminhados para ciência do gestor da parceria:

I - os resultados de cada análise a que se refere o inciso I do "caput" deste artigo, de cada prestação de contas;

II - os relatórios técnicos a que se refere o inciso II do "caput" deste artigo, independentemente de sua homologação pela comissão de monitoramento e avaliação.

§ 2º. O previsto no § 1º deste artigo não será aplicável nas hipóteses em que o próprio gestor da parceria tiver sido o responsável pela análise das prestações de contas ou pela emissão do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

§ 3º. Cabe ao gestor da parceria emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo das análises previstas no inciso I e dos relatórios previstos no inciso II, ambos do "caput" deste artigo.

§ 4º. No caso de parcela única, será emitido parecer técnico conclusivo pelo gestor da parceria para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

§ 5º. A análise da prestação de contas de que trata o inciso I do "caput" deste artigo não compromete a liberação das parcelas de recursos subseqüentes, ressalvadas as hipóteses previstas nos incisos I a III do artigo 48 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 6º. Nos termos do artigo 67, § 4º, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações em execução ou que já foram realizadas, o parecer técnico conclusivo de que trata o § 3º deste artigo deverá, obrigatoriamente, mencionar:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo, considerado o processo de escuta ao cidadão usuário acerca do padrão de qualidade do atendimento objeto da parceria, nos moldes do plano de trabalho;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado, se for o caso.

§ 7º. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será a organização da sociedade civil notificada para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

§ 8º. Transcorrido o prazo previsto no § 7º deste artigo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

**Art. 56.** A análise da prestação de contas final constituir-se-á das seguintes etapas:

I - análise de execução do objeto: quanto ao cumprimento do objeto e atingimento dos resultados pactuados no plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado;

II - análise financeira: verificação da conformidade entre o total de recursos repassados, inclusive rendimentos financeiros, e os valores máximos das categorias ou metas orçamentárias, executados pela organização da sociedade civil, de acordo com o plano de trabalho aprovado e seus eventuais aditamentos, bem como conciliação das despesas com extrato bancário, de apresentação

obrigatória.

§ 1º. A análise prevista no "caput" deste artigo levará em conta os documentos exigidos no artigo 54 e os pareceres e relatórios de que trata o artigo 55, ambos deste decreto.

§ 2º. Para fins do disposto no inciso II do "caput" deste artigo, nos casos em que houver comprovado atendimento dos valores aprovados no plano de trabalho, bem como efetiva conciliação das despesas efetuadas com a movimentação bancária demonstrada no extrato, a prestação de contas poderá ser considerada aprovada, sem a necessidade de verificação, pelo gestor público, dos recibos, documentos contábeis e relativos a pagamentos e outros relacionados às compras e contratações.

§ 3º. Havendo indícios de irregularidade durante a análise da execução do objeto da parceria, o gestor público poderá, mediante justificativa, rever o ato de aprovação e proceder à análise integral dos documentos fiscais da prestação de contas.

§ 4º. Para fins de cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, o gestor público deverá atestar a regularidade financeira e de execução do objeto da prestação de contas.

§ 5º. Cada órgão ou ente da Administração Pública adotará sistemática de controle por amostragem, de modo aleatório, para avaliação financeira complementar.

**Art. 57.** Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas.

### Seção II - Dos Prazos

**Art. 58.** A prestação de contas será apresentada pela organização da sociedade civil:

I - para parcerias com prazo de vigência igual ou inferior a 1 (um) ano: no mínimo uma vez e, em caráter final, em até 90 (noventa) dias contados do término da vigência;

II - para parcerias com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, periodicamente, no mínimo uma vez a cada 12 (doze) meses e, em caráter final, ao término de sua vigência, nos termos dos artigos 67, § 2º, e 69 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º. Os prazos para prestação de contas poderão ser prorrogados por até 30 (trinta) dias, a critério do titular do órgão ou ente da Administração parceiro ou daquele a quem tiver sido delegada a competência, desde que devidamente justificado.

§ 2º. Na hipótese de devolução de recursos, a guia de recolhimento deverá ser apresentada juntamente com a prestação de contas.

§ 3º. Após a prestação de contas final, sendo apuradas pela Administração irregularidades financeiras, o valor respectivo deverá ser restituído ao Tesouro Municipal ou ao Fundo Municipal competente, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

**Art. 59.** A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas final, pela Administração Pública, observará os prazos previstos na Lei Federal nº 13.019, de 2014, devendo dispor sobre:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas, mesmo que cumpridos o objeto e as metas da parceria, quando estiver evidenciada

impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição da prestação de contas, com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

§ 1º. São consideradas falhas formais, para fins de aprovação da prestação de contas com ressalvas, sem prejuízo de outras:

I - nos casos em que o plano de trabalho preveja que as despesas deverão ocorrer conforme os valores definidos para cada elemento de despesa, a extrapolação, sem prévia autorização, dos valores aprovados para cada despesa, respeitado o valor global da parceria;

II - a inadequação ou a imperfeição a respeito de exigência, forma ou procedimento a ser adotado desde que o objetivo ou resultado final pretendido pela execução da parceria seja alcançado.

§ 2º. Sempre que cumprido o objeto e alcançados os resultados da parceria e, desde que não haja comprovado dano ao erário ou desvio de recursos para finalidade diversa da execução das metas aprovadas, a prestação de contas deverá ser julgada regular com ressalvas pela Administração Pública, ainda que a organização da sociedade civil tenha incorrido em falha formal.

§ 3º. As contas serão rejeitadas, sendo avaliadas irregulares, nos casos previstos no artigo 72, III da Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como:

I - quando não for executado o objeto da parceria;

II - quando os recursos forem aplicados em finalidades diversas das previstas na parceria.

§ 4º. No caso do § 3º, da decisão que rejeitar as contas prestadas caberá um único recurso à autoridade competente, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão.

§ 5º. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

§ 6º. A rejeição da prestação de contas, quando definitiva, deverá ser registrada em plataforma eletrônica de acesso público, cabendo à autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

§ 7º. O dano ao erário será previamente delimitado para embasar a rejeição das contas prestadas.

§ 8º. Os eventuais valores apurados nos termos do § 6º deste artigo serão acrescidos de correção monetária e juros, na forma da legislação, e inscritos na Dívida Ativa Municipal, por meio de despacho da autoridade administrativa competente.

CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

**Art. 60.** A critério da Administração, admite-se a alteração da parceria, devendo a proposta ser acompanhada de revisão do plano de trabalho, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria.

§ 1º. Poderá haver redução ou majoração dos valores inicialmente pactuados para redução ou ampliação de metas ou capacidade do serviço, ou para qualificação do objeto da parceria, desde que devidamente justificados.

§ 2º. Faculta-se aos órgãos e entes municipais o repasse de eventual verba adicional, não prevista no valor total da parceria, para a melhor execução de seu objeto e aperfeiçoamento dos serviços, nos moldes definidos pelo parceiro público em norma específica, desde que observada a disponibilidade financeiro-orçamentária.

**Art. 61.** Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes devem se manifestar acerca:

I - do interesse público na alteração proposta;

II - da proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;

III - da capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;

IV - da existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

Parágrafo único. Após a manifestação dos setores técnicos a proposta de alteração poderá ser encaminhada para análise jurídica, observado o fluxo processual de cada órgão ou ente, previamente à deliberação da autoridade competente.

**Art. 62.** Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste decreto, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

**Art. 63.** Os termos de colaboração e termos de fomento poderão ser denunciados a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

§ 1º. Constitui motivo para rescisão da parceria o inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, e também quando constatada:

I - a utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;

II - a falta de apresentação das prestações de contas.

§ 2º. Em caso de denúncia unilateral não enquadrada nas hipóteses do parágrafo anterior, deverá a parte comunicar à outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO VIII - DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ENTIDADE

**Art. 64.** Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste decreto e da legislação específica, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º. Na aplicação de penalidades, serão observados os seguintes procedimentos:

I - proposta de aplicação da pena, feita pelo gestor da parceria, mediante caracterização da infração imputada à organização da sociedade civil, e exposição dos motivos condutores a tal proposta;

II - notificação à organização da sociedade civil para apresentação de defesa no prazo de cinco dias úteis, exceto quando se tratar de penalidade de suspensão do direito de participação em chamamento público e de declaração de inidoneidade, caso em que o prazo para defesa será de dez dias úteis;

III - manifestação dos órgãos técnicos sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e da área jurídica, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

IV - decisão da autoridade competente que, no caso de advertência, é o gestor da parceria, e no caso de suspensão do direito de participação em chamamento público e declaração de inidoneidade é o Secretário da Pasta ou autoridade máxima do ente da Administração Indireta;

V - intimação da organização da sociedade civil acerca da penalidade aplicada;

VI - observância do prazo de dez dias úteis para interposição de recurso.

§ 2º. As notificações e intimações de que trata este artigo serão encaminhadas à organização da sociedade civil preferencialmente via correspondência eletrônica, sem prejuízo de outras formas de comunicação, assegurando-se a ciência do interessado para fins de exercício do direito de contraditório e ampla defesa.

CAPÍTULO IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 65.** As parcerias existentes no momento da entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019, de 2014, no âmbito municipal, em 1º de janeiro de 2017, permanecerão regidas pela legislação vigente ao tempo de sua celebração.

§ 1º. Para as parcerias por prazo indeterminado firmadas antes de 1º de janeiro de 2017, a Administração promoverá as adaptações que se fizerem pertinentes ao presente decreto em até 12 (doze) meses a contar dessa data.

§ 2º. Os chamamentos públicos que tiverem apresentadas as propostas até 1º de janeiro de 2017 poderão ser concluídos sob a égide da legislação vigente no momento em que foram iniciados, devendo a parceria ser adaptada às exigências deste decreto no prazo de 12 (doze) meses da celebração da parceria.

§ 3º. As disposições do caput e parágrafo único do artigo 57 aplicam-se às parcerias firmadas anteriormente a este decreto.

**Art. 66.** Caberá às Secretarias Municipais de Administração e de Finanças a edição de normas complementares a este decreto.

**Art. 67.** Os órgãos e entes da Administração direta e indireta ficam incumbidos de realizar avaliação geral do sistema de parcerias, ouvidas as instâncias de participação da sociedade civil, para a definição de eventuais medidas de aprimoramento do sistema de parceria com as organizações da sociedade civil.

**Art. 68.** Este decreto entra em vigor na data

de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 4.105, de 23 de dezembro de 2016.

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração da P. M., em 29 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO CARLOS FEITOSA  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 4.261  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017**

A SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**Considerando** o Art. 26 da Lei Complementar nº 148/2017, alterada pela Lei Complementar nº 152/2017, no qual estabelece que o Custo Unitário Básico da Mão de Obra será apresentado pela Associação Ibitingense de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, tendo como base o padrão construtivo estabelecido pela NBR 12.721:2006 para fins de lançamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

**Considerando** o Art. 28 da Lei Complementar nº 148/2017, alterada pela Lei Complementar nº 152/2017, que prevê que os valores apresentados pela Associação Ibitingense de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos serão utilizados para fins de arbitramento do valor lançado para fins de ISSQN na ausência de comprovantes fiscais para mão de obra da construção civil;

**Considerando**, que de acordo com a Lei Complementar nº 148/2017, alterada pela Lei Complementar nº 152/2017, o qual estabelece que os valores abaixo apresentados serão atualizados semestralmente,

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fixa para o período de 01 de janeiro de 2018 até 30 de junho de 2018, os valores constantes na tabela abaixo:

TIPO	PADRÃO		MÃO DE OBRA (R\$/M²)
	BAIXO	R1-B	
RESIDÊNCIA UNI FAMILIAR	BAIXO	R1-B	287,36
	NORMAL	R1-N	396,55
	ALTO	R1-A	535,36

RESIDÊNCIA MULTI FAMILIAR	BAIXO	R8-B	268,12
	NORMAL	R8-N	325,53
	ALTO	R8-A	427,08
RESIDÊNCIA MULTI FAMILIAR	NORMAL	R16-N	362,54
	ALTO	R16-A	489,42
RESIDÊNCIA DE INTERESSE SOCIAL	BAIXO	PIS-B	261,95
RESIDÊNCIA POPULAR	NORMAL	RP-N	271,19
COMERCIAL ANDARES LIVRES	NORMAL	CAL-8-N	353,38
COMERCIAL SALAS E LOJAS	NORMAL	CSL-16-N	381,65
GALPÃO INDUSTRIAL	NORMAL	GI-N	261,95

**Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de

Administração da P. M., em 29 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO CARLOS FEITOSA  
Secretário de Administração

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 13.165  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.**

A PREFEITA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, designa, nos termos dos artigos 121 e 123 da lei 1.706/90, os Senhores: DANIELA MARIA PONGELUPE LOPES CICCOTTI, RG nº 21.280.258, CLAUDIA APARECIDA CICCOTTI SILVA, RG nº 18.034.719-6 e JOÃO PAULO BAPTISTA, RG nº 33.709.668-5, para comporem a nova Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com respaldo no art. 118 do Estatuto dos Servidores Públicos, onde a C. A. R., matrícula nº 1402, servidora municipal, teria, em tese, cometido possíveis infrações disciplinares conforme documento datado em 01/12/2017, devidamente relatados nos autos nº 7.498/2017, de 01/12/2017, devendo a apuração tramitar como Processo Administrativo Disciplinar, garantido-se ao servidor acusado o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, constitucionalmente garantidos, devendo concluir os trabalhos de apuração das responsabilidades, no prazo de 60 (sessenta), período este prorrogável por igual período, caso seja necessário (art. 124 da Lei nº 1.706/90).

CRISTINA MARIA KALIL ARANTES  
Prefeita Municipal

Registrada e republicada na Secretaria de Administração da P. M., em 29 de dezembro de 2017.

ANTÔNIO CARLOS FEITOSA  
Secretário de Administração

## SEÇÃO II Secretarias

### Secretaria de Administração

A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibitinga, através de Rodrigo Hortolani Ladeira, vem informar as seguintes publicações:

**ANULAÇÃO DO CONTRATO Nº 126/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017.** Diante da ANULAÇÃO do processo licitatório Tomada de Preços nº 003/2017 por irregularidades no Edital, fica o Contrato registrado sob o nº 126/2017 firmado entre o Município de Ibitinga e a empresa TJ Construções e Terraplenagem Eireli – ME ANULADO a contar desta data. Ibitinga, 27 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 002/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2014.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: ALEX FABIANO SESTARE TRANSPORTES – ME. Objeto: transporte de alunos da zona rural. Alteração: prorrogação do contrato para até o término do ano letivo de 2018, sendo o valor total para o período no importe de R\$ 111.536,00. Ibitinga, 14 de dezembro de 2017.

Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 007/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2014.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: SIBÉRICA DE CAMPOS SILVA TRANSPORTES – ME. Objeto: transporte de alunos da zona rural. Alteração: prorrogação do contrato para até o término do ano letivo de 2018, sendo o valor total para o período no importe de R\$ 103.360,00. Ibitinga, 14 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 009/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2014.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: TRANSPORTE E TURISMO RIO NILO EIRELI – ME. Objeto: transporte de alunos da zona rural. Alteração: prorrogação do contrato para até o término do ano letivo de 2018, sendo o valor total para o período no importe de R\$ 114.124,00. Ibitinga, 14 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 008/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2014.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: JOEL ANTUNES DE ALMEIDA – ME. Objeto: transporte de alunos da zona rural. Alteração: prorrogação do contrato para até o término do ano letivo de 2018, sendo o valor total para o período no importe de R\$ 206.784,00. Ibitinga, 15 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 012/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2014.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: ANTONIO AUGUSTO SESTARE – EPP. Objeto: transporte de alunos da zona rural. Alteração: prorrogação do contrato para até o término do ano letivo de 2018, sendo o valor total para o período no importe de R\$ 542.920,00. Ibitinga, 18 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 011/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2014.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: MARIO AUGUSTO MORAES FRACALOSI TRANSPORTES – EPP. Objeto: transporte de alunos da zona rural. Alteração: prorrogação do contrato para até o término do ano letivo de 2018, sendo o valor total para o período no importe de R\$ 560.048,00. Ibitinga, 20 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 006/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2014.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: J.R.N. TRANSPORTE E LOCAÇÃO LTDA. Objeto: transporte de alunos da zona rural. Alteração: prorrogação do contrato para até o término do ano letivo de 2018, sendo o valor total para o período no importe de R\$ 479.308,00. Ibitinga, 21 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 010/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2014.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: FERNANDO RODRIGUES DIAS TRANSPORTES – ME. Objeto: transporte de alunos da zona rural. Alteração: prorrogação do contrato para até o término do ano letivo de 2018, sendo o valor total para o período no importe de R\$ 205.280,00. Ibitinga, 21 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TERMO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 121/2017 – CONCORRÊNCIA Nº 001/2017.** Contratante: MUNICÍPIO DE IBITINGA. Contratada: TW PROJETOS EIRELI – EPP. Objeto: execução de projeto específico de acústica/sonorização/climatização para continuidade na obra de conclusão do Teatro Municipal. Alteração: prorrogação do prazo de

execução dos itens 01 – Projeto de Acústica por mais 20 dias a contar de 08 de janeiro de 2018 e 02 – Projeto de Sistema de Áudio e Projeção de Vídeo por mais 45 dias a contar de 15 de dezembro de 2017, ou seja, ambos para até a data de 28 de janeiro de 2018. Ibitinga, 15 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2017 – RETIFICAÇÃO DE EDITAL:** A Prefeita do Município de Ibitinga comunica a todos os interessados a retificação do edital da tomada de preços supracitada, que tem como objeto a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos. Nova data de Encerramento: 02 de fevereiro de 2018, às 09h30min. Valor teto: R\$ 627.302,00. Mais informações e/ou edital completo poderão ser obtidos no Departamento de Compras desta Prefeitura Municipal, sito à Rua Miguel Landim, 333, Centro, Ibitinga, no horário das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min ou pelo site [www.ibitinga.sp.gov.br](http://www.ibitinga.sp.gov.br). Ibitinga, 27 de dezembro de 2017. Cristina Maria Kalil Arantes – Prefeita Municipal.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 – Ata de Registro de Preços nº 001/2017 –** Reequilíbrio Econômico-Financeiro. O Município de Ibitinga, através do Gestor das Atas, comunica a quem interessar que a Exma. Sra. Prefeita, com base no art. 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, determinou o reequilíbrio econômico-financeiro para a empresa HIRABAHASI & HIRABAHASI LTDA – ME, passando a vigorar os seguintes valores para os Itens: 01 “Gás GLP 13kg” R\$ 70,00 e 02 “Gás GLP 45kg” R\$ 257,80, mantendo-se os demais itens e condições ora registrados. Ibitinga, 28 de dezembro de 2017. João Paulo Baptista – Gestor das Atas.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 080/2017 - P. A. 7538/2017 - HOMOLOGAÇÃO**

1. Face ao apurado no processo supracitado, que tem como objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE FORROS DE PVC E DIVISÓRIAS E DESMONTE DE 27,54 M<sup>2</sup> DE DIVISÓRIAS JÁ EXISTENTES, HOMOLOGO os atos do presente certame, ratificando as decisões nele tomadas, tendo sido considerada vencedora a seguinte empresa:

a) STYLO FORROS E DIVISÓRIAS VOTUPORANGA - EIRELI - EPP, CNPJ nº 21.959.640/0001-01, para o LOTE I – pelo valor global de R\$ 4700,00 e LOTE II pelo valor global de R\$ 3.895,81, totalizando R\$ 8.585,81.

2. Publique-se.  
3. Contrata-se.

4. Cumpra-se.  
Ibitinga, 27 de dezembro de 2017.  
CRISTINA MARIA KALIL ARANTES - Prefeita Municipal

Ibitinga, 29 de dezembro de 2017.

Rodrigo Hortolani Ladeira  
Departamento de Compras

## SEÇÃO III Autarquias

### Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE

**HOMOLOGAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017**

Face ao apurado no processo licitatório (TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017) que tem por

objeto: contratação de empresa para construção de reservatório com capacidade de 600 mil litros de água e construção de base de fundação NO Jardim Paineiras, em conformidade com memorial contido no Edital e seus anexos, HOMOLOGO e ADJUDICO à



seguinte licitante vencedora: ANTENOR VERONA & CIA LTDA ME , perfazendo o total de R\$ 375.348,21 (trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos).

1. Contrate-se.
2. Cumpra-se.

Ibitinga, 28 de dezembro de 2017.

Luiz Carlos da Costa  
GESTOR EXECUTIVO

### HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

Face ao apurado no processo licitatório (TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017) que tem por objeto: contratação de empresa para construção de reservatório com capacidade de 150 mil litros de água e construção de base de fundação NO Jardim Ternura, em conformidade com memorial contido no Edital e seus anexos, HOMOLOGO e ADJUDICO à seguinte licitante vencedora: ANTENOR VERONA & CIA LTDA ME , perfazendo o total de R\$ 159.315,91 (Cento e cinquenta e nove mil, trezentos e quinze reais e noventa e um centavos)

1. Contrate-se.
2. Cumpra-se.

Ibitinga, 28 de dezembro de 2017.

Luiz Carlos da Costa  
GESTOR EXECUTIVO

Ibitinga, 29 de dezembro de 2017.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Estância Turística de Ibitinga – SAAE, por meio do seu Gestor Executivo, Luiz Carlos da Costa, autoriza a seguinte publicação, como segue:

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2017 DE 29 de dezembro de 2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Estância turística de Ibitinga – SAAE  
CONTRATADA: ANTENOR VERONA & CIA LTDA - ME.

OBJETO: construção de um reservatório com capacidade de 150 mil litros na Av. Alberto Casemiro, s/n – Jardim Ternura

VALOR: R\$ 159.315,91 (cento e cinquenta e nove mil, trezentos e quinze reais e noventa e um centavos)

PRAZO: O prazo para a vigência do contrato será para um período de 90 dias a contar a emissão do Termo de Início da Obra.

Luiz Carlos da Costa  
Gestor Executivo

Ibitinga, 29 de dezembro de 2017.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Estância Turística de Ibitinga – SAAE, por meio do seu Gestor Executivo, Luiz Carlos da Costa, autoriza a seguinte publicação, como segue:

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2017 DE 29 de dezembro de 2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 002/17

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Estância turística de Ibitinga – SAAE  
CONTRATADA: ANTENOR VERONA & CIA LTDA - ME.

OBJETO: construção de um reservatório com capacidade de 600 mil litros na Rua Rosa Simões Fernandes, s/n – Jardim Paineiras

VALOR: R\$ 375.348,21 (trezentos e setenta e cinco mil, trezentos e quarenta e oito reais e vinte

e um centavos)

PRAZO: O prazo para a vigência do contrato será para um período de 90 dias a contar a emissão do Termo de Início da Obra.

Luiz Carlos da Costa  
Gestor Executivo

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2017 PROCESSO 027/2017

#### REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Estância Turística de Ibitinga – SAAE, através de seu Gestor das Atas, comunica a quem interessar, que o Exmo. Sr. Gestor Executivo do SAAE, com base no art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, concedeu o reequilíbrio econômico-financeiro à empresa CIDACOM MERCANTIL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ: 02.297.477/0001-06, passando a vigorar o(s) valor(es) unitário(s): Item 02 "Gasolina Comum" para o valor de R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos) por litro, mantendo-se os demais condições pré-estabelecidas.

Ibitinga, 28 de dezembro de 2017.

JOSÉ FERREIRA NETO  
Gestor das Atas

Ibitinga, 29 de dezembro de 2017.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Estância Turística de Ibitinga – SAAE, por meio do seu Gestor Executivo, Luiz Carlos da Costa, autoriza a seguinte publicação, como segue:

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017 DE 18 de dezembro de 2017 Dispensa de Licitação nº 004/17

CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Estância turística de Ibitinga – SAAE

CONTRATADA: CONSTRUTORA IBITINGA LTDA.

OBJETO: contratação de serviço de engenharia referente a execução de obra de ressarcimento por Danos Físicos

VALOR: R\$ R\$ 14.500,00 (catorze mil e quinhentos reais)

PRAZO: O prazo para a vigência do contrato será para um período de 30 dias ou até o término da obra, a contar a emissão do Termo de Início da Obra.

Luiz Carlos da Costa  
Gestor Executivo

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 002/2017 PROCESSO 027/2017

#### REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto da Estância Turística de Ibitinga – SAAE, através de seu Gestor das Atas, comunica a quem interessar, que o Exmo. Sr. Gestor Executivo do SAAE, com base no art. 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666/93, concedeu o reequilíbrio econômico-financeiro à empresa AUTO POSTO 7 DE IBITINGA LTDA, CNPJ: 04.405.899/0001-83, passando a vigorar o(s) valor(es) unitário(s): Item 01 "Alcool Hidratado Comum (Etanol)" para o valor de R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos) por litro, mantendo-se os demais condições pré-estabelecidas.

Ibitinga, 28 de dezembro de 2017.

JOSÉ FERREIRA NETO  
Gestor das Atas



SAAE-SERV.AUT.AG.ESG. DE IBITINGA

RUA CAPITÃO FELÍCIO RACY, 1556. CENTRO, IBITINGA-SP

CNPJ: 45.321.791/0001-00

Data Base

31/12/2017

Página 1 de 1

22/12/2017

### Relação de Cargos, Funções e Empregos

Denominação	Cargo Eletivo			Comissão Confiança			Emprego Eletivo			Contrato Temporário			Valor de Referência
	Provisas	Vagas	Total	Provisas	Vagas	Total	Provisas	Vagas	Total	Provisas	Vagas	Total	
0001-AGENTE F. TRIBUTARIO	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1059,71
0002-ANALISTA DE CONTAS	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2174,27
0003-ASSIDENTADOR DE TUBOS E	33	3	36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1046,93
0007-AUXILIAR DE OPERAÇÃO DE	4	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1046,93
0008-AUXILIAR TECNICO	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1174,87
0009-CHEFE DE SETOR	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2071,88
0010-CHEFE DEPARTAMENTO	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2279,52
0011-COORDENADOR DE	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1499,59
0013-DIGITADOR	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1174,87
0015-ENCARREGADO DE	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1174,87
0016-ENCARREGADO PESSOAL	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1359,71
0017-ENGENHEIRO CIVIL	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0018-ESCRITURARIO	7	1	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1110,52
0019-LETURISTA	11	3	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	821,85
0020-MOTORISTA	2	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1244,02
0021-SERVENTE	3	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	862,3
0022-SERVENTE DE OBRAS	18	9	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	921,95
0023-TECNICO SEGURANCA NO	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1422,74
0024-TECNICO EM QUIMICA	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1881,7
0025-TECUREIRO	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1881,7
0026-CELADEIRO DE POÇOS	37	13	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	921,95
0030-ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1299,55
0031-QUIMICO	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1837,3
0034-DESENHISTA PROJETISTA	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1059,71
0035-ELETRICISTA	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0036-PEDEREIRO	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1244,02
0037-ADVOGADO	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1837,3
0038-GESTOR EXECUTIVO DE	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	10150
0039-DIRETOR DO DEPART DE ADM	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4300
0040-DIRETOR DE DEPARTAMENTO	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4300
0041-CHEFE DE DIVISÃO DE	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1800
0042-COORDENADOR DE CONTROLE	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2300
0043-COORDENADOR DE ASSUNTOS	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2300
0044-CHEFE DE DIVISÃO DE	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1800
0045-CHEFE DE DIVISÃO DE	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1800
0046-CHEFE DE DIVISÃO DE	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1800
0047-CHEFE DE DIVISÃO DE	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1800
0048-CHEFE DE SEÇÃO DO	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2279,52
0049-CHEFE DE SEÇÃO DE CONTAS E	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1244,02
0050-CHEFE DE SEÇÃO DE POÇOS E	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1244,02
Quantidade Total: 48	129	46	175	13	0	13	0	0	0	0	0	0	

### Relação de Quadro do Pessoal – 31/12/2017

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA

Quarta-feira, 03 de janeiro, a partir das 18h, no "Auditório Cidade Ternura", localizado no prédio da Prefeitura Municipal, será realizada uma Audiência Pública para apresentação dos seguintes assuntos:

- Projeto de Lei de Suplementação no Orçamento do Executivo;

- Projeto de Lei de Suplementação no Orçamento das Autarquias.

É muito importante a participação da população nas Audiências Públicas para que opinem e tomem conhecimento das medidas administrativas do Executivo local.

## SEÇÃO IV

## Empresa Pública/Fundação

## Fundação Educacional Municipal da Estância Turística de Ibitinga

PORTARIA Nº 021/2017  
DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO FERREIRA DA SILVA, Secretário Executivo, em substituição ao Sr. AGNALDO FERNANDES FERRARI, Superintendente da Fundação Educacional Municipal da Estância Turística de Ibitinga, Estado de São Paulo, atualmente em gozo de férias, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 038/2010, e pela Lei nº 3.009, de 19/09/2007 – Publicada no Semanário Estância de Ibitinga, de 29/09/2007,

## RESOLVE:

1. Conceder férias a Servidora da FEMIB, Ariane Sestare, Secretária Geral, pelo período de 02 de janeiro de 2018 a 21 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2016 a 01 de janeiro de 2017, conforme legislação vigente.

2. Conceder férias ao Servidor da FEMIB, Joel Jesus da Silva, Recepcionista, pelo período de 02 de janeiro de 2018 a 21 de janeiro de 2018, referente ao período

aquisitivo de 30 de setembro de 2016 a 29 de setembro de 2017, conforme legislação vigente.

3. Conceder férias a Servidora da FEMIB, Roselita Andrade Nery Trovarelli, Serviços Gerais, pelo período de 02 de janeiro de 2018 a 21 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 17 de novembro de 2016 a 16 de novembro de 2017, conforme legislação vigente.

4. Conceder férias ao Servidor da FEMIB, Rubens Costa Junior, Bedel, pelo período de 02 de janeiro de 2018 a 21 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo de 16 de junho de 2016 a 15 de junho de 2017, conforme legislação vigente.

Rodrigo Ferreira da Silva  
Secretário Executivo da Fundação

Registrada e publicada na Fundação Educacional Municipal da Estância Turística de Ibitinga em 29 de dezembro de 2017 e no Semanário Oficial da Estância Turística de Ibitinga em 30 de dezembro de 2017.

## PODER LEGISLATIVO

## Câmara Municipal

ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA  
Presidente da Câmara Municipal

ATO DA MESA Nº 111  
DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ALTERA O ATO DA MESA Nº 107 QUE ESTABELECEU AS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DISCRIMINAÇÕES ANALÍTICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBITINGA, PARA O EXERCÍCIO DE 2017."

A Mesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, de acordo com a Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno, expede o seguinte ATO DA MESA:

**Art. 1º** As dotações orçamentárias da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga estabelecidas aqui estabelecidas constam das Leis Municipais, nº 4.450 de 02/08/2017, nº 4.462 de 16/08/2017, nº 4.463 de 16/08/2017, nº 4.487 de 06/09/2017, nº 4.504 de 04/10/2017, nº 4.535 de 16/11/2017, nº 4.541 de 29/11/2017, nº 4.559 de 20/12/2017 e dos Decretos nº 4.187 de 02/08/2017, nº 4.200 de 16/08/2017, nº 4.207 de 06/09/2017,

Parágrafo Único. O Remanejamento das dotações orçamentárias aqui estabelecidas constam das Leis Municipais, nº 4.450 de 02/08/2017, nº 4.462 de 16/08/2017, nº 4.463 de 16/08/2017, nº 4.487 de 06/09/2017, nº 4.504 de 04/10/2017, nº 4.535 de 16/11/2017, nº 4.541 de 29/11/2017, nº 4.559 de 20/12/2017 e dos Decretos nº 4.187 de 02/08/2017, nº 4.200 de 16/08/2017, nº 4.207 de 06/09/2017,

nº 4.219 de 04/10/2017, nº 4.239 de 16/11/2017, nº 4.244 de 29/11/2017, nº 4.256 de 20/12/2017.

Art. 2º - A distribuição das dotações orçamentárias da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, estabelecidas no Artigo 2º do Ato da Mesa nº 107, de 07 de julho de 2017, com o remanejamento estabelecido no Artigo 1º deste Ato da Mesa, ficam com as seguintes discriminações analíticas:

01 - LEGISLATIVO  
01 01 - CORPO LEGISLATIVO  
01 01 00 - CORPO LEGISLATIVO  
01 - LEGISLATIVA  
01 031 - AÇÃO LEGISLATIVA  
01 031 0009 - INFRA ESTRUTURA LEGISLATIVA  
01 031 0009 1262 0000 - Construção do Novo Prédio da Câmara Municipal de Ibitinga (ficha 19)-4.4.90.51.00-01.110.000- Obras e Instalações .....R\$ 12.000,00

01 031 0009 1404 0000 - CONTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MELHORIA PRÉDIO DA VICTOR MAÍDA (ficha 01)-4.4.90.51.00-01.110.000-Obras e Instalações .....R\$ 0,00

01 031 0009 2071 0000 - Plenário (ficha 02)-3.1.90.11.00-01.110.000-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL.....R\$ 820.000,00

01 031 0009 2072 0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas/Pessoal Civil (ficha 03)-3.1.90.11.00-01.110.000-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL

CIVIL.....R\$1.470.000,00  
(ficha 04)-3.1.90.16.00-01.110.000-OUTRAS DESPESAS VARIÁVES-PESSOAL CIVIL.....R\$ 105.000,00

01 031 0009 2073 0000 - Encargos Especiais (ficha 05)-3.1.90.13.00-01.110.000-OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R\$ 586.000,00

01 031 0009 2074 0000 - Viagens e Estadias (ficha 06)-3.3.90.33.00-01.110.000-PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.....R\$ 28.000,00

01 031 0009 2075 0000 - Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica (ficha 07)-3.3.90.39.00-01.110.000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA.....R\$ 281.000,00

01 031 0009 2076 0000 - Capacitação de Agentes (ficha 08)-3.3.90.39.00-01.110.000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA .....R\$ 4.640,00

01 031 0009 2077 0000 - Contratação de Serviços Especiais (ficha 09)-3.3.90.36.00-01.110.000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA.....R\$ 45.000,00

01 031 0009 2078 0000 - Serviços de Consultoria (ficha 10)-3.3.90.35.00-01.110.000-SERVIÇOS DE CONSULTORIA .....R\$ 13.000,00

01 031 0009 2079 0000 - Material de Expediente (ficha 11)-3.3.90.30.00-01.110.000-MATERIAL DE CONSUMO.....R\$ 250.000,00

01 031 0009 2081 0000 - Manutenção e Instalação do Prédio da Câmara (ficha 12)-3.3.90.30.00-01.110.000-MATERIL DE CONSUMO.....R\$ 4.300,00 (ficha 13)-3.3.90.36.00-01.110.000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍSICA .....R\$ 2.000,00 (ficha 14)-3.3.90.39.00-01.110.000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA.....R\$ 4.800,00

01 031 0009 2083 0000 - Concurso Público (ficha 15)-3.3.90.39.00-01.110.000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.....R\$ 0,00

01 031 0009 2090 0000 - Aquisição Material Permanente (ficha 16)-4.4.90.52.00-01.110.000-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R\$ 124.775,00

01 031 0009 2303 0000 - Aquisição de Veículos (ficha 18)-4.4.90.52.00-01.110.000-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.....R\$ 9.485,00

01 031 0009 2491 0000 - Publicidade e Propaganda (ficha 17)-3.3.90.39.00-01.110.000-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA .....R\$ 69.000,00

**Art. 3º** - Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Ibitinga, vinte e oito (28) de dezembro de dois mil e dezesete (2017).

ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA  
Presidente

CARLOS ALBERTO DIAS MARQUES  
Vice-Presidente

MARCO ANTÔNIO DA FONSECA  
1º Secretário

JOSÉ APARECIDO DA ROCHA  
2º Secretário

Registrado na Secretaria da Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga, em vinte e oito (28) de dezembro de dois mil e dezesete (2017).

Shirlei Henrique de Carvalho Ruedas  
Diretora Legislativa

EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL  
CONTRATO Nº: 170/2017.

ORIGEM: Processo Licitatório - Convite nº. 03/2017.

CONTRATANTE: Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga.

CONTRATADA: Auto Posto Pagni Gelli Ltda.

OBJETO: Compra parcelada de Combustível.

VALOR: O preço por litro de etanol será de, R\$2,79 (três reais e setenta e nove centavos) alterando o valor contratado.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: Categoria Funcional: 01 031 0009 2079 0000 - MATERIAL DE EXPEDIENTE - Categoria Econômica: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo - Natureza Econômica: 3.3.90.30.01 - Combustíveis e lubrificantes Automotivos

PRAZO: até que o objeto licitado seja consumido totalmente pela Contratante.

DATA DA ASSINATURA: 14/12/2017.

Ibitinga, 14 de dezembro de 2017.

ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA  
Presidente

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL  
CONTRATO Nº: 158/2015.

CONTRATANTE: Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga.

CONTRATADA: Rafael Bonini Segurança Eletrônica - ME.

OBJETO: Serviços de Monitoramento Eletrônico 24 (vinte e quatro horas).

VALOR: R\$ 69,03 (sessenta e nove reais e três centavos), num valor total global de R\$828,36 (oitocentos e vinte e oito reais e seis centavos) pelo período de 12 (doze) meses.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: 01.031.0009.2075.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. 3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2017. Ibitinga, 21 de dezembro de 2017.

ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA  
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº: 176/2017.

ORIGEM: Licitação - Convite nº. 17/2017

CONTRATANTE: Câmara Municipal da Estância Turística de Ibitinga.

CONTRATADA: Openlegis Informática Ltda. EPP.

OBJETO: Serviços de Implantação do Site e Sistema Legislativo Incluindo Orientações e Suporte Técnico.

VALOR TOTAL GLOBAL: R\$77.500,00.

CÓDIGO DO RECURSO E FONTE: O pagamento será atendido com recursos provenientes da verba dotada no orçamento sob a rubrica - 02.01.02.01.031.0059.2123.3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

PRAZO: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 28 de dezembro de 2017. Ibitinga, 28 de dezembro de 2017.

ANTONIO ESMAEL ALVES DE MIRA  
Presidente